

Perspectiva de diálogo com governo anima associações

Segurança jurídica é o principal ponto que organizações do setor elétrico apontaram como vital para a continuidade dos investimentos em expansão

Mauricio Godoi, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Regulação e Política
27/10/2014

A possibilidade de abertura de diálogo que foi anunciada pela presidente reeleita na noite de domingo, após o resultado da eleição presidencial pode ser positiva, caso se confirme realmente. E já há indícios de que esse caminho começou a ser seguido, o que pode trazer maior entendimento entre as partes do setor e, conseqüentemente, um menor número de conflitos, tão comuns após a edição da MP 579 em 11 de setembro de 2012 e as medidas subsequentes que levaram à judicialização do setor.

O presidente executivo da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, Alexei Vivan, destacou que o governo começa a dar sinais de ouvir mais e negociar mais com o setor. Um exemplo disso, cita, é a entrada da fonte solar no Leilão de Energia de Reserva ao preço teto de R\$ 262 por MWh, um patamar que foi bem visto pelo mercado.

Vivan destacou ainda que o setor como um todo precisa, principalmente, de estabilidade regulatória. Pois, se não houver esse aspecto o capital se afasta e é justamente isso que o país não precisa. Ao contrário, a necessidade é cada vez mais por investimentos na expansão e diversificação da matriz energética, como a atual crise do setor provou ser importante para a manutenção do abastecimento.

"Para que isso aconteça, o investidor precisa avaliar e chegue à conclusão de que vale a pena investir por aqui e para isso precisa-se incluir a remuneração ao investimento que possui riscos que são inerentes ao setor", avaliou o executivo da ABCE. "Agora que as emoções da eleição passaram, precisamos de decisões mais racionais olhando o médio e longo prazo", acrescentou.

Nesse horizonte de longo prazo, pelo menos o segmento eólico se mostra tranquilo. Esse é o sentimento expressado pela presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, Élbis Melo. Em sua análise, o setor que representa já possui uma indicação de investimento no médio e longo prazo. E essa avaliação não se baseia apenas no resultado de ontem e sim do planejamento que inclui a fonte no horizonte 2030 e além.

"Para o setor eólico eu já tinha dito antes e continuo a afirmar que o momento é favorável e, independente do governo que fosse eleito, isso porque a política energética primará sempre por fontes limpas renováveis e competitivas que tenham abundância. Obedecemos a todos esses critérios", indicou Melo. "Agora, da perspectiva de incentivar o crescimento econômico, seu discurso traz melhores perspectivas, afinal, hoje, o Brasil tem crescimento da demanda por energia de 3 GW a 5 GW ano e se estimular o crescimento econômico esse volume tem que aumentar. Para atender a essa quantidade precisamos dispor de recurso que o país tem e a eólica vem em primeiro nessa escala", apontou.

Um segmento que espera com expectativa que essa promessa seja realmente cumprida é o sucroenergético, responsável pelo etanol na área de combustíveis e da biomassa de cana de açúcar em termos de energia elétrica. Para Zilmar de Souza, gerente de Bioeletricidade da União da Indústria da Cana de Açúcar, o governo tem que publicar nesse novo mandato as diretrizes de longo prazo para o setor que representa. O que não pode continuar, disse ele, é o que chamou de política 'Stop and Go', ou seja, que é de momento e citou 2008 quando foram viabilizados 30 projetos a biomassa e em 2012 quando não se vendeu nenhum.

Para o setor voltar a se desenvolver, acrescentou Souza, é necessária a adaptação da regulação do setor para a inserção das renováveis na matriz energética. Um dos pontos que elevariam a contratação seria a já detalhada adoção das externalidades da fonte, a principal delas a proximidade com o centro de consumo.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, a perspectiva de abertura de diálogo é uma das peças fundamentais para que o setor ganhe mais credibilidade e confiança. Essa é dos alicerces do tripé de propostas entregue aos candidatos para aprimorar o setor elétrico para que possa manter o ciclo de virtuoso crescimento verificado desde a crise do início dos anos 1990.

As outras duas dimensões são a adequação de oferta e que está ligada ao planejamento e forma como se organiza os leilões e a questão do licenciamento ambiental. A outra base desse tripé é a modicidade tarifária que passa especificamente pela política tributária, este item da conta de luz que representa cerca de 40% do valor cobrado. "Se conforme prometido [*retomada de diálogo*] seja cumprido com afinco, acredito que o setor possa voltar à rota de crescimento que estávamos assistindo", resumiu Sales.

A possibilidade de abertura de diálogo que foi anunciada pela presidente reeleita na noite de domingo, após o resultado da eleição presidencial pode ser positiva, caso se confirme realmente. E já há indícios de que esse caminho começou a ser seguido, o que pode trazer maior entendimento entre as partes do setor e, conseqüentemente, um menor número de conflitos, tão comuns após a edição da MP 579 em 11 de setembro de 2012 e as medidas subsequentes que levaram à judicialização do setor.

O presidente executivo da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, Alexei Vivan, destacou que o governo começa a dar sinais de ouvir mais e negociar mais com o setor. Um exemplo disso, cita, é a entrada da fonte solar no Leilão de Energia de Reserva ao preço teto de R\$ 262 por MWh, um patamar que foi bem visto pelo mercado.

Vivan destacou ainda que o setor como um todo precisa, principalmente, de estabilidade regulatória. Pois, se não houver esse aspecto o capital se afasta e é justamente isso que o país não precisa. Ao contrário, a necessidade é cada vez mais por investimentos na expansão e diversificação da matriz energética, como a atual crise do setor provou ser importante para a manutenção do abastecimento.

"Para que isso aconteça, o investidor precisa avaliar e chegue à conclusão de que vale a pena investir por aqui e para isso precisa-se incluir a remuneração ao investimento que possui riscos que são inerentes ao setor", avaliou o executivo da

ABCE. "Agora que as emoções da eleição passaram, precisamos de decisões mais racionais olhando o médio e longo prazo", acrescentou.

Nesse horizonte de longo prazo, pelo menos o segmento eólico se mostra tranquilo. Esse é o sentimento expressado pela presidente executiva da Associação Brasileira da Energia Eólica, Élbina Melo. Em sua análise, o setor que representa já possui uma indicação de investimento no médio e longo prazo. E essa avaliação não se baseia apenas no resultado de ontem e sim do planejamento que inclui a fonte no horizonte 2030 e além.

"Para o setor eólico eu já tinha dito antes e continuo a afirmar que o momento é favorável e, independente do governo que fosse eleito, isso porque a política energética primará sempre por fontes limpas renováveis e competitivas que tenham abundância. Obedecemos a todos esses critérios", indicou Melo. "Agora, da perspectiva de incentivar o crescimento econômico, seu discurso traz melhores perspectivas, afinal, hoje, o Brasil tem crescimento da demanda por energia de 3 GW a 5 GW ano e se estimular o crescimento econômico esse volume tem que aumentar. Para atender a essa quantidade precisamos dispor de recurso que o país tem e a eólica vem em primeiro nessa escala", apontou.

Um segmento que espera com expectativa que essa promessa seja realmente cumprida é o sucroenergético, responsável pelo etanol na área de combustíveis e da biomassa de cana de açúcar em termos de energia elétrica. Para Zilmar de Souza, gerente de Bioeletricidade da União da Indústria da Cana de Açúcar, o governo tem que publicar nesse novo mandato as diretrizes de longo prazo para o setor que representa. O que não pode continuar, disse ele, é o que chamou de política 'Stop and Go', ou seja, que é de momento e citou 2008 quando foram viabilizados 30 projetos a biomassa e em 2012 quando não se vendeu nenhum.

Para o setor voltar a se desenvolver, acrescentou Souza, é necessária a adaptação da regulação do setor para a inserção das renováveis na matriz energética. Um dos pontos que elevariam a contratação seria a já detalhada adoção das externalidades da fonte, a principal delas a proximidade com o centro de consumo.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, a perspectiva de abertura de diálogo é uma das peças fundamentais para que o setor ganhe mais credibilidade e confiança. Essa é dos alicerces do tripé de propostas entregue aos candidatos para aprimorar o setor elétrico para que possa manter o ciclo de virtuoso crescimento verificado desde a crise do início dos anos 1990.

As outras duas dimensões são a adequação de oferta e que está ligada ao planejamento e forma como se organiza os leilões e a questão do licenciamento ambiental. A outra base desse tripé é a modicidade tarifária que passa especificamente pela política tributária, este item da conta de luz que representa cerca de 40% do valor cobrado. "Se conforme prometido [retomada de diálogo] seja cumprido com afinco, acredito que o setor possa voltar à rota de crescimento que estávamos assistindo", resumiu Sales.